



Comissão Especial sobre
MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

RELATÓRIO DE ATIVIDADES Nº 01/2019

(set/2018 – jul/2019)

1. Equipe e Situação da CEMDP na estrutura do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH

Colegiado CEMDP – até 31 de julho de 2019

Presidência:

Eugênia Augusta Gonzaga

Conselho:

Representante do MPF, Ivan Marx;

Representante de familiares de mortos e desaparecidos políticos, Diva Santana;

Representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Paulo Pimenta;

Representante da sociedade civil, Rosa Maria Cardoso da Cunha¹;

Representante da sociedade civil, Vera Paiva;

Representante do Ministério da Defesa, João Batista Fagundes.

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei 9.140/1995, nos termos do Decreto de Estrutura nº 9.673/2019, está vinculada à estrutura da Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio da Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CGMDP).

1 O conselheiro Ivan Marx esclarece que a Conselheira Rosa Cardoso solicitou seu afastamento no ano de 2016. Desde aquele momento, o conselheiro passou a solicitar, em várias reuniões, que isso fosse comunicado ao governo para que a vaga fosse preenchida. A ausência de um sétimo conselheiro retirava o caráter ímpar do colegiado. O pedido nunca foi atendido.



Comissão Especial sobre
MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Equipe Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CGMDP) – até 31 de julho de 2019

Amarilis Tavares	Servidora / Coordenadora-Geral (até dez/2018)
Luciana Peres	Servidora / Coordenadora-Geral (desde fev/2019)
Caio Cateb	Coordenador
Paula Franco	Coordenadora
Juliana Amoretti	Servidora - Analista em Ciência e Tecnologia
Teresa Labrunie	Servidora – Analista Técnica de Políticas Sociais (desde abril de 2019)
Inajara Maria Oliveira	Servidora - Analista Técnica de Políticas Sociais (desde maio de 2019)
Jacqueline da Silva	Prestadora
Cristiane Cruz	Prestadora
Keyla Souza	Prestadora
Gislaine Rufino	Prestadora

Contatos CGMDP:

E-mail: desaparecidospoliticos@mdh.gov.br

Telefone: 2027-3820

2. Realização do I Encontro Nacional de Familiares promovido pela CEMDP, em Brasília, dias 3 e 4 de dezembro

Pauta de direito à memória e à verdade, o I Encontro Nacional de Familiares promovido pela CEMDP foi realizado em Brasília, nos dias 3 e 4 de dezembro de 2018.

A ocasião contou com mais de uma centena de familiares, que se reuniram para discussão sobre as medidas de memória e sobre a continuidade das buscas por pessoas desaparecidas, em grupos de trabalho, mesas de apresentação, atividades culturais, exposições, solenidade de entrega de certidões de óbito retificadas, coleta de material



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

genético de familiares de desaparecidos políticos, homenagens. Do encontro, derivou documento intitulado *Carta de Brasília*, de autoria dos familiares e no qual consta a demanda por realização anual do evento.

3. Contribuições da CEMDP para o Comitê-Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG)

O Comitê Gestor da RIBPG é instituído pela Lei 12.654/2012 e pelo Decreto 7.950/2013. O MMFDH é representado no Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG), pela Coordenação-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à CEMDP.

Entre outros temas, há um Grupo de Trabalho de identificação de pessoas desaparecidas, que trata de parâmetros iniciais para cruzamento de materiais genéticos referentes a pessoas desaparecidas e seus familiares. Neste espaço, a CGMDP tem a oportunidade de referenciar a expertise da CEMDP no processo de identificação de desaparecidos políticos e fortalecer novas proposições para uma ampla política de identificação de pessoas desaparecidas.

4. Realização de reuniões do colegiado da CEMDP

No período, foram realizadas as 78^a, 79^a, e 80^a Reuniões Ordinárias da CEMDP e a 1^a Reunião Extraordinária.

- **78^a Reunião Ordinária da CEMDP.**

A 78^a Reunião Ordinária da CEMDP ocorreu em duas etapas. A primeira realizou-se em 26 de outubro de 2018, com participação da Presidente Eugênia Augusta Gonzaga, do conselheiro Ivan Cláudio Garcia Marx, da conselheira Diva Santana e da equipe da CGMDP. A conselheira Vera Sílvia Facciolla Paiva participou de forma virtual.

Dentre os pontos de pauta e deliberações realizadas, destacam-se as seguintes: (i) discussão da conveniência de articulação de Projeto de Lei, para reabertura de prazo para



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

apresentação à CEMDP de novos pedidos de indenização; (ii) análise de proposição de memorando de entendimento com o Ministério da Defesa, relacionado à reconstituição de autos destruídos e implementação de ouvidoria para receber relatos de ações que possam indicar locais de sepultamento e circunstâncias de morte; (iii) deliberação pela inclusão do nome de Anísio Teixeira no rol de pessoas mortas e desaparecidas no estado do Rio de Janeiro; (iv) análise do Caso Zelmo Bosa.

A segunda etapa da 78ª Reunião Ordinária da CEMDP ocorreu em 18 de dezembro de 2018, em Brasília, com participação via Skype da Presidente Eugênia Augusta Gonzaga, das conselheiras Diva Santana e Vera Silvia Facciolla Paiva e presencial do conselheiro Coronel João Batista Fagundes e da Coordenadora-Geral Amarílis Busch Tavares. Foi objeto de deliberação pela CEMDP o Caso Albertino José de Farias, com deferimento do pedido de reparação pecuniária.

- **79ª Reunião Ordinária da CEMDP**

A 79ª Reunião Ordinária da CEMDP realizou-se em 21 de fevereiro de 2019, na sede do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em São Paulo. Estavam presentes a Presidente Eugênia Augusta Gonzaga, os conselheiros Diva Santana, Vera Silvia Facciolla Paiva, e Ivan Cláudio Garcia Marx e a equipe da CGMDP. A reunião sucedeu visita ao CAAF, onde são realizados as análises periciais do Grupo de Trabalho Perus.

Dentre os pontos discutidos, destacam-se os seguintes: (i) acompanhamento da reparação pecuniária no caso Albertino José de Farias; (ii) a rescisão unilateral pela Caixa de Assistência aos Advogados do Rio de Janeiro (CAARJ) do acordo celebrado com a CEMDP para realização de buscas por desaparecidos políticos no Rio de Janeiro; (iii) as buscas no Parque Nacional de Foz do Iguaçu, sobre as quais deliberou-se por realizar representação ao Ministério Público Federal da localidade para que o órgão prossiga investigando; (iv) análise inicial do Caso Doracy Aranha Ferreira.

- **Reunião Extraordinária da CEMDP**



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

A CEMDP reuniu-se extraordinariamente em 26 de abril de 2019, de forma remota, com participação da Presidente Eugênia Augusta Gonzaga, dos conselheiros Diva Santana, Vera Sílvia Facciolla Paiva, Ivan Cláudio Garcia Marx e Coronel João Batista Fagundes, do Coordenador Científico da CEMDP, Samuel Teixeira Gomes Ferreira, e da equipe da CGMDP.

A reunião teve dois pontos de pauta: 1. Deliberação sobre agendar audiência dos conselheiros com a Ministra Damares Alves, para apresentar as atividades da CEMDP na temática de memória e verdade e busca de desaparecidos políticos, bem como as possíveis contribuições da CEMDP para o tema de busca de pessoas desaparecidas, a partir dos trabalhos desenvolvidos até o momento, em especial, no Grupo de Trabalho Perus (GTP); 2. Discussão sobre a possível substituição de integrantes para compor a CEMDP, considerando o convite realizado pelo MMFDH, ao procurador Ailton Benedito para ocupar o assento na CEMDP destinado a membro do Ministério Público Federal.

- **80ª Reunião Ordinária da CEMDP**

A 80ª Reunião Ordinária da CEMDP ocorreu em 30 de maio de 2019, em Brasília. Participaram a Presidente Eugênia Augusta Gonzaga e os conselheiros Diva Santana, Vera Sílvia Facciolla Paiva e Ivan Cláudio Garcia Marx. Estava presente ainda a equipe da Coordenação-Geral de Direitos à Memória e à Verdade e Apoio à CEMDP.

Dentre os pontos de pauta e deliberações realizadas, destacam-se as seguintes: (i) análise do Caso Doracy Aranha Ferreira; (ii) análise do Caso Anísio Teixeira e conclusão pela possibilidade de reconhecimento enquanto desaparecido político nos termos da Lei nº 9.140/95; (iii) revisão da decisão de solicitar audiência com a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; (iv) deliberação por interlocução com o Ministério Público para que atue no âmbito da Ação Ordinária nº 82.00.24682-5, solicitando que se determine a reconstituição de autos para cada operação de combate à Guerrilha do Araguaia pelo Ministério da Defesa, instauração de inquérito policial para apuração dos fatos que supostamente levaram à deterioração do conteúdo das caixas de ossadas atualmente



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

guardadas na sala-cofre da UnB e autorização judicial para envio das ossadas para análise no laboratório da ICMP.

5. Grupo de Trabalho de Perus

O Grupo de Trabalho Perus (GTP) abarca a conjugação de esforços entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo (SMDHC/SP), o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/Unifesp) e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), por meio de Acordos de Cooperação Técnica – ACT (2014 e 2018), para criar grupo que se destinasse a proceder à análise de restos mortais exumados do Cemitério Dom Bosco, especialmente de sua Vala Clandestina, localizado no bairro de Perus, em São Paulo, com vistas à identificação de mortos e desaparecidos políticos, assim reconhecidos pela Lei nº 9.140/95, conforme acordo homologado pelo Gabinete de Conciliação da Seção Judiciária da Justiça Federal de São Paulo/SP, no âmbito da Ação Civil Pública nº 0000063-68.2017.4.03.6900, acerca da identificação das ossadas de Perus. Novo ACT está sendo negociado entre os três partícipes, com a finalidade de dar continuidade aos trabalhos de análise dos remanescentes ósseos.

O GTP foi formalmente instituído pela Portaria nº 620, de 09 de outubro de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 14 de outubro do mesmo ano, que se findou em 9 de outubro de 2017. O pagamento das peritas fixas que trabalham no CAAF/Unifesp para a execução das atividades do GTP é feito por meio do convênio nº 813774, cujo Termo Aditivo nº 04 estendeu sua vigência até 31 de julho de 2020. O convênio assegura a contratação de peritas que realizam o trabalho *ante-mortem* e *post-mortem* dos remanescentes ósseos sob a guarda do CAAF. Até 30 de agosto de 2019, 1049 caixas haviam sido abertas e limpas, 1015 foram analisadas e 750 casos foram amostrados para análises genéticas no laboratório internacional.

Para analisar geneticamente amostras de restos mortais e de referência (amostras de familiares) com a finalidade de identificar pessoas desaparecidas, o MMFDH assinou acordo em agosto de 2017 junto à *International Commission on Missing Persons* (ICMP), organização



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

internacional independente e especializada em identificação humana. A meta estipulada em Carta Acordo, no âmbito do projeto de cooperação internacional PNUD BRA 15/006, para envio de 750 amostras ao laboratório internacional, foi cumprida em julho de 2019, sendo o cronograma de envio assim realizado: 100 amostras em setembro de 2017; 250 em setembro de 2018; 200 em dezembro de 2018; 100 amostras em maio de 2019 e 100 amostras em julho de 2019.

Observa-se a existência de caixas contendo ossos misturados que acondicionaram remanescentes de mais de um indivíduo. A questão de como proceder à análise genética nestes casos é objeto de discussão técnico-científica que antecede a conclusão dos trabalhos do GTP.

Como resultado positivo da integração dos trabalhos de pesquisa *ante mortem*, *postmortem* e análise genética, no ano de 2018, o GTP identificou os desaparecidos políticos Dimas Cassemiro e Aluísio Palhano.

O MMFDH atualmente trabalha para garantir a vigência formal das obrigações dos partícipes do Acordo de Cooperação Técnica – SMDHC/SP, CAAF/Unifesp e MMFDH – e para dar continuidade aos trabalhos de análise, incluindo decisão sobre a destinação final dos remanescentes ósseos ainda não identificados.

Cabe destacar que o caso é monitorado no âmbito do Processo nº 0000063-68.2017.4.03.6900, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por meio de Audiências de Conciliação. A última audiência de conciliação ocorreu em 30 de agosto de 2019, e próxima audiência está prevista para dia 18/11/2019.

Com a finalidade de atender demandas de familiares de desaparecidos políticos e ouvi-los a respeito da definição dos encaminhamentos a serem dados aos remanescentes ósseos analisados do GTP que não foram identificados, foi realizada reunião dos integrantes do GTP com representantes dos familiares, em São Paulo, no Centro de Arqueologia e Antropologia Forense, CAAF, em 16 de agosto de 2019, conforme solicitado no âmbito das audiências de conciliação supracitadas.



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Ressalta-se que o MMFDH cumpriu com sua obrigação no acordo homologado de pagamento de R\$400.000,00 (quatrocentos mil reais), sendo R\$200.000,00 em 2018 e R\$200.000,00 em 2019, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) para o CAAF/Unifesp, objetivando seu custeio e manutenção.

Ressalta-se, ademais, que o MMFDH deu continuidade ao pagamento das diárias e passagens aos peritos rotativos de órgãos públicos que realizam análises no CAAF; bem como arcou com os custos de envio das amostras biológicas ao laboratório internacional sediado em Haia, na Holanda.

6. Reunião da CICV com familiares do GTP²

A Delegação Regional do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) para Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai promoveu encontro de familiares de pessoas desaparecidas, relacionado ao caso da Vala Clandestina de Perus, que ocorreu em abril de 2019, em São Paulo. Na oportunidade, o Secretário Nacional de Proteção Global Adjunto e a Coordenadora-Geral de Direito à Memória e à Verdade e Apoio à CEMDP, assim como a Presidente da CEMDP e o Coordenador Científico da CEMDP foram convidados a participarem do encontro e prestarem informações aos familiares. Foi reforçada a disposição da Secretaria Nacional de Proteção Global do MMFDH e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha para estreitamento da parceria e continuidade do diálogo sobre o tema, em especial, sobre as pessoas desaparecidas e suas famílias.

7. Atualização sobre buscas por desaparecidos políticos no Rio de Janeiro

O Grupo de Trabalho Rio de Janeiro (GT Rio), atuante desde 2017, por meio de acordo firmado com a Caixa de Assistência aos Advogados do Rio de Janeiro (CAARJ), em 2018 e nos primeiros meses de 2019, deu sequência aos trabalhos de busca de

²O Conselheiro Ivan Marx destaca não ter tido conhecimento, ao menos prévio, da ocorrência da referida reunião.



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

desaparecidos políticos e elucidação das circunstâncias de morte no Rio de Janeiro, além de incidir em medidas de memória e verdade no estado.

No referido período, foram finalizadas as atividades previstas em dois contratos de consultoria realizados no âmbito do PRODOC BRA 15/006 – “Fortalecimento de mecanismos de Justiça de Transição” pela CGMDP/SNC/MDH, resultando em uma série de levantamentos de informações que subsidiam a CEMDP nas suas atividades no Rio de Janeiro.

As atividades do GT Rio, até o momento, tiveram dois principais desdobramentos: (i) a realização de oitivas relacionadas à Casa da Morte em Petrópolis e outros centros de tortura, com destaque para a oitiva de Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS do Espírito Santo; e (ii) aproximação do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e de grupo de familiares das vítimas que tiveram sua localização identificada no Cemitério de Ricardo de Albuquerque, com a finalidade de atuar no cemitério procedendo à reforma do memorial construído no local e à busca e identificação dos remanescentes ósseos de desaparecidos políticos ocultados no cemitério.

Em fevereiro de 2019, a CAARJ rescindiu unilateralmente o acordo realizado com a CEMDP, com conseqüente demissão da Coordenadora do GT Rio. Desde então, a CEMDP iniciou tratativas com outros parceiros no estado a fim de dar continuidade aos trabalhos, como o Ministério Público Estadual e a Ordem dos Advogados Brasil. Tratativas também foram feitas com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos.

8. Atualização sobre buscas no Araguaia

8.1. Grupo de Trabalho Araguaia

Entre os dias 10 e 21 de setembro de 2018, nos termos da Portaria Interministerial nº 14, de 08 de agosto de 2018, que institui o Grupo de Trabalho Araguaia, ocorreu a 1ª Expedição do grupo. Integraram a expedição a Coordenação do GTA, representada por integrantes do MMFDH (à época Ministério dos Direitos Humanos), Ministério da Justiça e



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Segurança Pública (à época a pasta esteve dividida entre Ministério da Justiça e Ministério da Segurança Pública) e Ministério da Defesa; além das equipes de Antropologia Forense, de Arqueologia, de Cartografia/Topografia, de Geologia/Geofísica e Investigação, duas representantes da Advocacia Geral da União (AGU), as advogadas Flávia Batista e Júlia Sacramento, o conselheiro da CEMDP, Dr. Ivan Garcia Marx, que participou enquanto representante do Ministério Público Federal (MPF), além do Comitê de Acompanhamento composto por familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia.

As atividades de campo desenvolvidas integram o processo de busca e investigação, bem como cumprem a etapa de expedições periódicas na área onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Na 1ª Expedição do Grupo de Trabalho Araguaia foram realizadas escavações no antigo Cemitério de São Geraldo do Araguaia, em São Geraldo do Araguaia-PA; a finalização das atividades de prospecção e escavação arqueológica da Base Militar de Xambioá, com verificação dos impactos causados pela construção de edificações no local; investigação e escavação no ponto denominado “Ponte dos Guerrilheiros”, Wanderlândia-TO; visita técnica para analisar as condições do local denominado Fazenda Tadeu, em Eldorado dos Carajás-PA, no intuito de elaboração de projeto de pesquisa arqueológica.

A área escolhida para exploração no antigo Cemitério de São Geraldo do Araguaia foi indicada pela colaboradora Sra. Maria Lúcia Cruz, moradora da região, que foi ouvida pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) em expedição prévia, ocorrida em julho de 2018. O ponto indicado está localizado próximo a um cajueiro, em que a moradora declarou que seu padrao havia apontado como possível local de inumação de guerrilheiros. Durante a escavação, foram encontrados alguns remanescentes ósseos, cujo perfis biológicos e antropométricos foram analisados *in loco* e, em sua maioria, incompatíveis com as características dos alvos buscados. No entanto, um remanescente foi objeto de análise e discussão entre as equipes, a Coordenação do GTA e o Comitê de Acompanhamento, que decidiram pelo recolhimento e deslocamento para os devidos exames laboratoriais e genéticos pela Diretoria Técnico-Científica da Polícia Federal.

No ponto denominado “Ponte dos Guerrilheiros”, foram feitas escavações em área apontada por investigações anteriores realizadas pelo GTA em 2012, assim como pelo



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Ministério Público de Araguaína. Contudo, os trabalhos não resultaram em êxito e não foram encontrados remanescentes ósseos. Já na Base de Xambioá foi dada continuidade às escavações arqueológicas, com objetivo de reconstruir as atividades realizadas na base durante e após o período da Guerrilha do Araguaia.

Finalizados os trabalhos, foi elaborado o Relatório Final da Expedição do Grupo de Trabalho Araguaia em 2018 e protocolado junto a 1ª Vara Federal de Brasília - DF, em atenção a sentença judicial proferida nos autos da Ação Ordinária nº 0000475-06.1982.4.01.3400³.

Com o advento do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que previu a extinção de diversos órgãos colegiados da administração pública federal, incluindo o GTA, os órgãos que compunham o grupo iniciaram tratativas para a recriação do mesmo, a fim de que pudesse concluir seus trabalhos. O tema foi elevado à apreciação da Casa Civil da Presidência da República, mas ainda não houve uma decisão definitiva. O GTA, portanto, está formalmente extinto desde 28 de junho de 2019.

8.2. Projeto Araguaia

A CEMDP tem trabalhado no desenvolvimento de metodologia de pesquisa social específica para a região do Araguaia, com a finalidade de garantir trabalho continuado de levantamento de informações que possam orientar de forma qualificada a sua atuação tanto nas buscas por desaparecidos políticos na região, quanto na formulação e implementação de políticas de memória relacionadas à Guerrilha do Araguaia.

O projeto deverá ser implementado em parceria com instituição que tenha alguma capilaridade na região e conhecimento sobre a Guerrilha do Araguaia. Para tanto, iniciaram-se tratativas com a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA),

³ O Conselheiro Ivan Marx destaca que, em consulta aos autos processuais (Ação Ordinária nº 0000475-06.1982.4.01.3400), não consta a entrega do referido Relatório Final.



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

envolvendo uma equipe interdisciplinar de professores, sob coordenação de professor do Departamento de História.

As principais atividades que a CEMDP pretende desenvolver com o projeto são: (i) sistematização e análise de documentação disponível pertencente a CEMDP, CNV e demais comissões da verdade, Arquivo Nacional, relatórios do GTA e outros acervos a serem levantados no decorrer do trabalho; (ii) análise e mapeamento do conjunto bibliográfico publicado referente ao tema da Guerrilha do Araguaia; (iii) realização de etapa de pesquisa *ante mortem*, para fins de reconstituição de perfil das pessoas buscadas, desde informações antropométricas até a reconstituição de suas histórias de vida, preferências e atividades pessoais, tendo em vista o período em que viveram na região do Araguaia, mediante: consultas a arquivos documentais e abordagem especializada para tomada de depoimentos de testemunhas; (iv) realização de consulta à comunidade da região afetada pela Guerrilha do Araguaia para verificação do impacto social do evento e para subsidiar elaboração de políticas de memória; (v) Desenvolvimento de projeto museológico para a Casa Azul; (vi) pesquisa e sistematização de informações relacionadas aos espaços da repressão: Base de Xambioá, Base de Bacaba e outros; (vii) projeto para construção de um local de luto na região do Araguaia, tendo em consideração as demandas de familiares das vítimas (definição de espaço, análise da viabilidade, proposta de estratégia de execução).

9. Retificação de Certidões de Óbito, em conformidade com a Resolução nº 2, de 29 de novembro de 2017

Conforme já informado em relatório anterior, a CEMDP publicou a Resolução nº 2, de 29 de novembro de 2017, que estabelece o procedimento para emissão de atestados para fins de retificação de assentos de óbitos das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas, nos termos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade.

O atestado de óbito emitido pela CEMDP é assinado pelo(a) Presidente da Comissão e contém, nos termos do art. 81, da Lei nº 6.015, de 1973 (LRP), com a maior especificidade possível, as circunstâncias da morte, tais como hora, data, local, e que a morte não foi natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e



Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985.

Foi criado e divulgado o endereço eletrônico cemdp.certidao@mdh.gov.br, exclusivamente para receber os pedidos de providências para correção de assentos de óbito.

Até o momento, a CEMDP recebeu 36 requerimentos, em conformidade com a Resolução nº 2, entre os quais 24 tiveram o Atestado de Óbito emitido pela CEMDP e, destes, onze foram os casos completos em que a certidão de óbito foi devidamente retificada.

A CEMDP promoveu duas solenidades de entrega das certidões de óbito retificadas. Na primeira, ocorrida no *I Encontro Nacional Familiares promovido pela CEMDP*, no dia 04 de dezembro de 2018, foi entregue certidão de óbito retificada de **José Jobim** à sua filha Lygia Jobim. Na *Solenidade de entrega de certidões de óbito retificadas aos familiares de desaparecidos políticos*, ocorrida no 30 de maio de 2019, em Brasília, foram entregues a certidão de óbito retificada de **Elson Costa** à familiar Maria Helena Souza dos Santos; a certidão de óbito retificada de **João Massena Melo** à familiar Elisa Prestes Massena, a certidão de óbito retificada de **Divino Ferreira de Souza** à familiar Terezinha Souza Amorim; e a certidão de óbito de **Sérgio Landulfo Furtado**, entregue à familiar Rebeca Soares Furtado. Na oportunidade, além da realização da entrega das certidões de óbito retificadas, houve homenagens aos mortos e desaparecidos políticos e pronunciamento de pedido de desculpas aos respectivos familiares, pela Presidente da CEMDP, em ato simbólico de reparação imaterial.

Brasília, 30 de agosto de 2019.